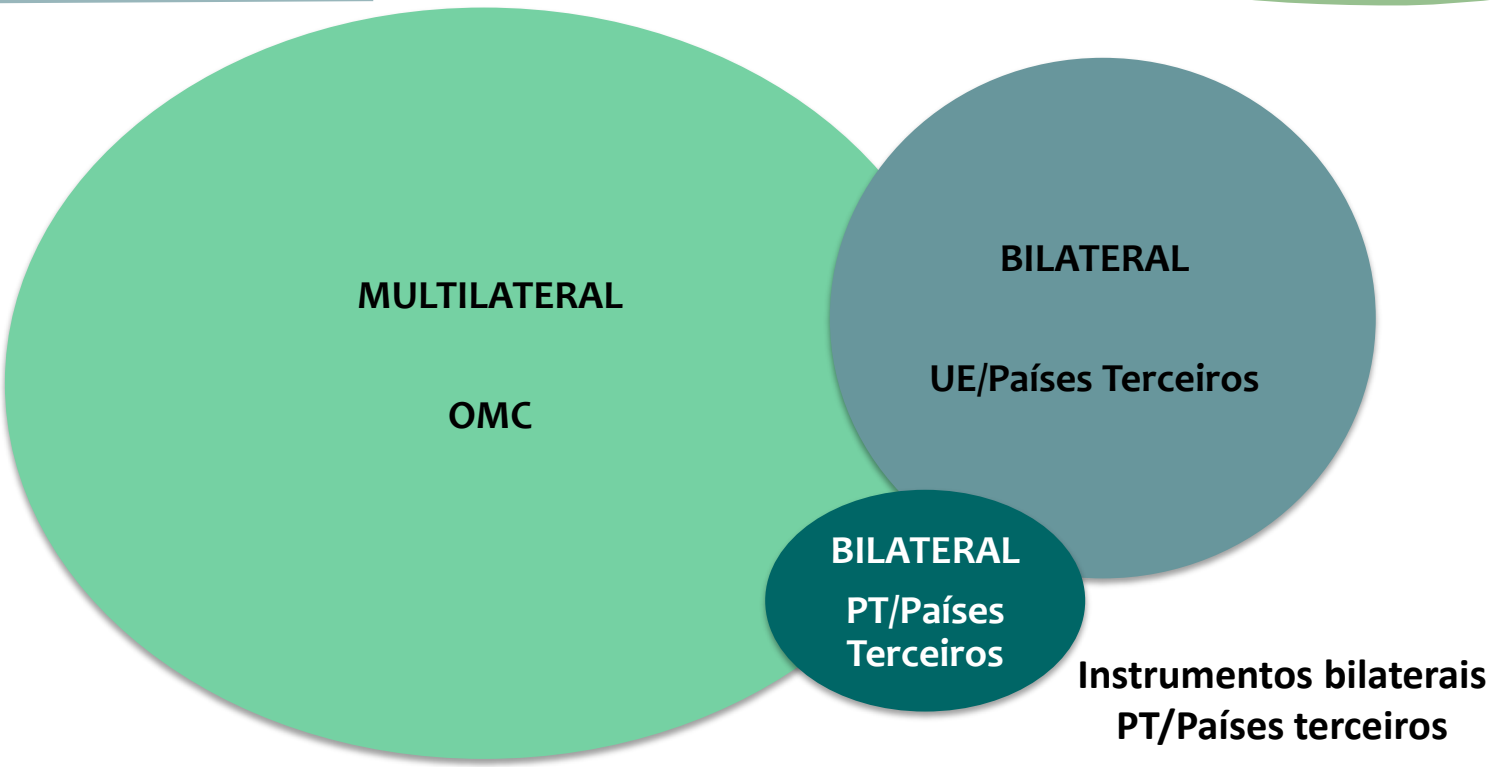
A POLÍTICA COMERCIAL INTERNACIONAL- A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO E OS ACORDOS REGIONAIS DE COMÉRCIO – UNIÃO EUROPEIA E PORTUGAL

Sessão de apresentação da CULTIVAR n.º 6 | 6 janeiro 2017, Lisboa

GPP GABINETE DE PLANEAMENTO, POLÍTICAS E ADMINISTRAÇÃO GERAL

Comércio Internacional



Instrumentos bilaterais PT/Países terceiros

Política Comercial Comum UE

Requisitos Sanitários e Fitossanitários

A POLÍTICA COMERCIAL INTERNACIONAL – A OMC E OS ACORDOS REGIONAIS DE COMÉRCIO – UNIÃO EUROPEIA E PORTUGAL

1. A Agricultura na OMC
2. Acordos Regionais de Comércio
3. Portugal na Política Comercial Internacional
4. Perspetivas futuras para o Comércio Internacional

A POLÍTICA COMERCIAL INTERNACIONAL – A OMC E OS ACORDOS REGIONAIS DE COMÉRCIO – UNIÃO EUROPEIA E PORTUGAL

1. A Agricultura na OMC

Agricultura na OMC

2 Acordos:

ACORDO SOBRE AGRICULTURA (AA):
Compromissos de reforma das políticas agrícolas, assentes em 3 grandes pilares:

- **Acesso ao Mercado;**
- **Apoio Interno; e**
- **Subsídios à Exportação**

ACORDO SPS:
Regras elementares para cumprimento de *standards* de saúde humana, sanitária e fitossanitária, determinando que os países possam estabelecer os seus próprios limites de proteção.

Acordos da OMC que transversalizam a produção e comércio de bens (com incidência na agricultura):

- **Acordo sobre os Aspetos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados com o Comércio:** ADPIC/TRIPS (ex. IGs…)
- **Acordo sobre Obstáculos Técnicos ao Comércio:** OTC/TBT (ex. Rotulagem)

Agricultura na OMC

O Acordo sobre Agricultura previu uma redução dos volumes de apoio diferenciada conforme a natureza das ajudas, classificadas em diferentes «caixas» em função da sua capacidade de distorção dos mercados agrícolas.

A **«caixa laranja»** ou **"caixa âmbar"**, também chamada «medida global de apoio» (MGA), junta o apoio associado aos preços com as ajudas não dissociadas da produção e não isentas da obrigação de redução.

A **«caixa azul»** inclui as ajudas ligadas a programas de controlo da oferta, que estão isentas de compromissos de redução.

Exemplo: as ajudas diretas por superfície e os rendimentos fixos ou atribuídos para um determinado número de cabeças de gado (caso das «ajudas compensatórias» aprovadas em 1992 pela PAC)

A **«caixa verde»** inclui dois grupos de apoio. O primeiro diz respeito aos programas de serviços públicos (por exemplo, investigação, formação, divulgação, promoção, infraestruturas, ajuda alimentar interna ou reservas públicas para fins de segurança alimentar). O segundo refere-se aos pagamentos diretos aos produtores totalmente dissociados da produção. Todas as ajudas da «caixa verde» consideradas compatíveis com o quadro da OMC beneficiam de uma isenção total de redução.

Agricultura na OMC

Ministerial de Nairobi (2015)

Introdução de novas disciplinas de apoio à exportação, designadamente Créditos e Ajuda Alimentar Internacionais, e **Eliminação dos Subsídios à Exportação:**

Países Membros Desenvolvidos (PT) → **Eliminação imediata à data de adoção da Decisão. Derrogação, até ao final de 2020 para produtos processados, lácteos e carne de suíno, desde que tenham notificado este tipo de apoios num dos 3 anos prévios à adoção desta Decisão.**

Países Membros em Desenvolvimento → **Eliminação até ao final de 2018. Derrogação até ao final de 2022 em produtos para os quais tenham notificado apoios num dos 3 anos prévios a Nairobi.**

Agricultura na OMC

GATT

(*General Agreement on Tariffs and Trade*)

Artigo XXIV

Consigna um conjunto de exceções ao **princípio da Nação Mais Favorecida** que estabelece que uma vantagem concedida a um membro deve ser extensível a todos os membros, consentindo uma discriminação positiva entre membros por via do estabelecimento de Uniões Aduaneiras e Acordos Regionais de Comércio.

A POLÍTICA COMERCIAL INTERNACIONAL – A OMC E OS ACORDOS REGIONAIS DE COMÉRCIO – UNIÃO EUROPEIA E PORTUGAL

2. Acordos Regionais de Comércio

Tipologia dos Acordos Regionais de Comércio na UE

- **ACORDOS DE COMÉRCIO LIVRE (ACL/FTA)***
  - ACORDOS DE PARCERIA ECONÓMICA (APE/EPA)**
- **ACORDOS COM OS PAÍSES DA POLÍTICA EUROPEIA DE VIZINHANÇA*****

*** INTERESSES DE NATUREZA PREDOMINANTEMENTE ECONÓMICA**
**** INTRUMENTOS DE DESENVOLVIMENTO**
***** VISAM DINÂMICAS DE INTEGRAÇÃO BILATERAL E REGIONAL**

Acordos Regionais

Três grandes pilares negociais:

ACESSO AO MERCADO

COOPERAÇÃO REGULAMENTAR E REDUÇÃO/ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS NÃO PAUTAIS

REGRAS COMUNS

TÊM COMO OBJETIVO ASSEGURAR UM AMBIENTE COMERCIAL FLUÍDO, PREVISIVEL E LIVRE

PROMOVER A INTERNACIONALIZAÇÃO

Acordos Regionais

Estratégia de Acesso ao Mercado

- Primeira Estratégia surge em 1996, no rescaldo da criação da OMC

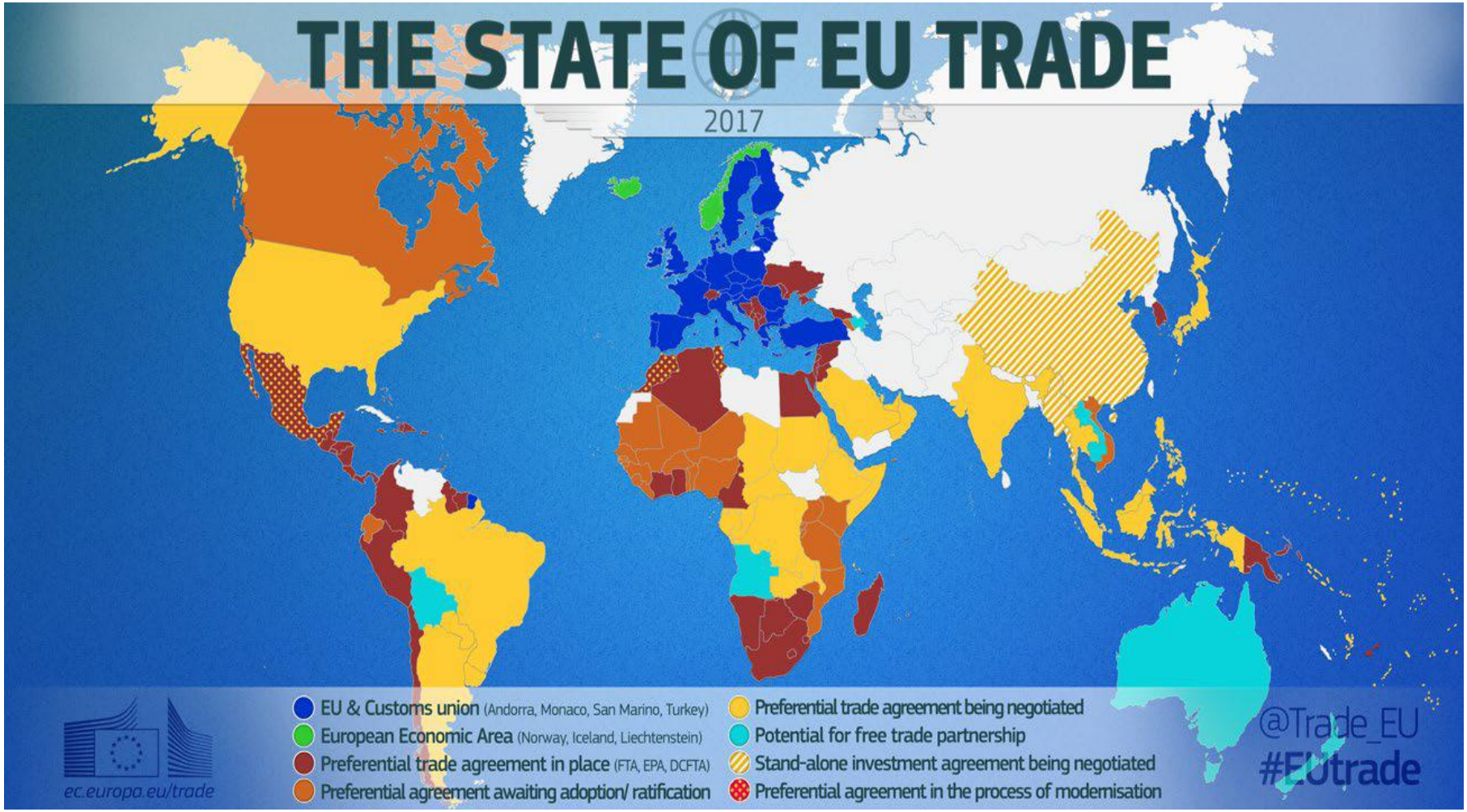
  ➡ cria a Base de Dados de Acesso aos Mercados da UE (ainda hoje, o seu principal instrumento operacional);

- Várias reformulações ao longo das últimas duas décadas;
- Primeira Estratégia de Acesso ao Mercado de "última geração" surge em 2007

⬇

Foco da política comercial europeia volta a ser a eliminação das barreiras não pautais

Acordos Regionais



Acordos Regionais

31 Acordos concluídos e em implementação: Coreia, América Central, Colômbia/Peru, Moldávia, Geórgia, Ucrânia, Chile, México, Suíça, Turquia, Líbano, Jordânia, Marrocos, Tunísia, Argélia, Egipto, Israel, Autoridade Palestiniana, África do Sul, Rússia, Suíça, Noruega, Islândia, Andorra, San Marino, Ilhas Faroe
e **5 EPAs** (*Economic Partnership Agreements*): Cariforum, SADC (*Southern African Development Community*), ESA (*Eastern and Southern Africa*), África Central; e Pacífico.

6 Acordos concluídos mas ainda não implementados: Vietname, Singapura, Canada, Equador (junta-se ao ACL com Colômbia/Peru)
e **2 EPAs**: África Ocidental e EAC (*East African Community*).

Acordos Regionais

Acordos em negociação:

- EUA (TTIP);
- China (Investimento);
- México (renegociação);
- ASEAN: Malásia, Indonésia, Tailândia, Myamar/Birmânia, Filipinas;
- Índia;
- Japão;
- MERCOSUL;
- e África Central (APE)

Acordos Regionais

MERCOSUL

- Integra Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela (com estatuto de observador);
- Negociações desde o início dos anos 2000, esteve suspenso e foi reiniciado em 2016;
- Componente agrícola é determinante, atendendo à natureza das economias envolvidas;
- Acesso aos respetivos mercados é componente fundamental, designadamente, nas vertentes dos direitos pautais, da eliminação de barreiras não pautais e de proteção das IGs;

Acordos Regionais

TTIP

Transatlantic Trade and Investment Partnership

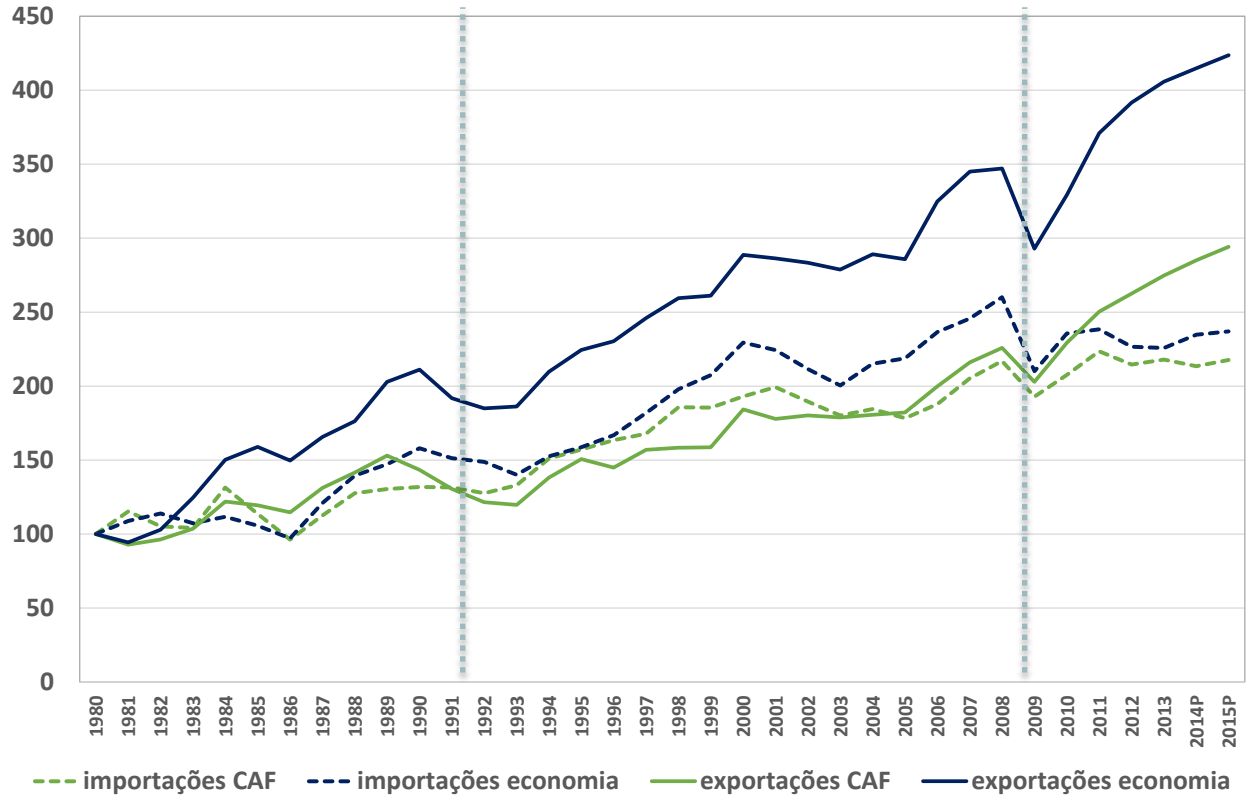
- Em negociação desde 2013;
- Atual nível de direitos aduaneiros é relativamente reduzido pelo que impacto deste Acordo advirá, sobretudo, da redução e/ou eliminação de barreiras não pautais; e reconhecimento, harmonização e/ou convergência regulamentar, redução de custos associada às transações comerciais e diferenças em termos de avaliação e gestão de risco;
- Comissão Europeia mantém otimismo na possibilidade de retomar negociações no 2.º semestre de 2017;

A POLÍTICA COMERCIAL INTERNACIONAL – A OMC E OS ACORDOS REGIONAIS DE COMÉRCIO – UNIÃO EUROPEIA E PORTUGAL

3. Portugal na Política Comercial Internacional

Evolução do Comércio Internacional

EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL DO COMPLEXO AGROFLORESTAL E DA ECONOMIA - BENS E SERVIÇOS, REAIS (1980=100)



Crescimento das importações e exportações do complexo agroflorestal à semelhança da economia.

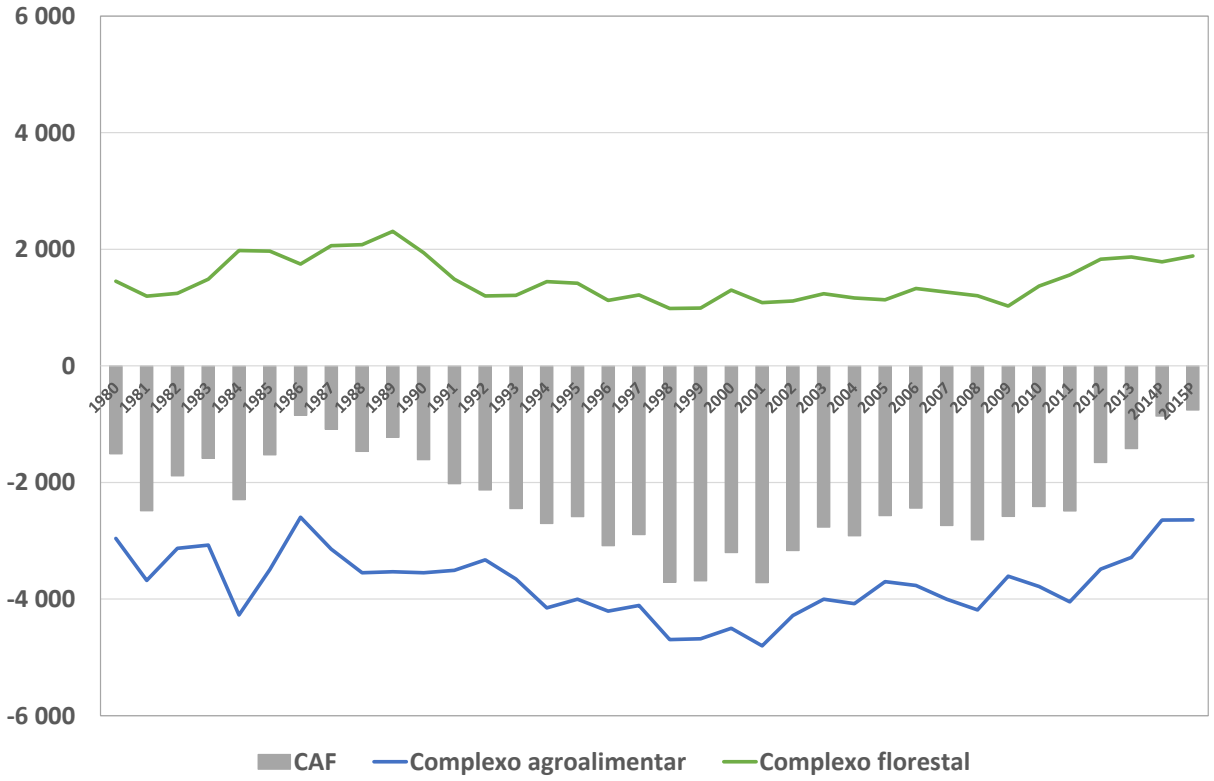
A partir de 2009:
as exportações do complexo agroflorestal crescem a um ritmo superior ao das importações.

P – dados provisórios

Fonte: GPP, a partir de CN - INE.

Evolução do Comércio Internacional

Saldo comercial do complexo agroflorestal, real (milhões de euros)



Década de 90:
Aumento significativo do défice alimentar (fruto do aumento do consumo alimentar e alterações de padrões alimentares)
Últimos anos:
Melhoria do saldo comercial alimentar

Manutenção do superavit comercial florestal

P – dados provisórios

Fonte: GPP, a partir de CN - INE.

Posicionamento de Portugal nas Negociações da UE

Portugal posiciona-se de uma forma geral nestas negociações e numa base sector:

- De **forma ofensiva em produtos em que é por tradição exportador e mais competitivo**, tais como: vinhos, conservas de peixe, azeite, frutas, em particular pera rocha.
- De **forma defensiva, mas numa base mais casuística** em produtos tais como os produtos derivados do tomate, produtos da suinicultura e produtos lácteos.
- De **forma mais defensiva** no sector dos bovinos ou suínos.
- No sector dos cereais detemos interesses menos alinhados, quer em termos nacionais, quer com os principais EM produtores, mas temos presente nas negociações o défice de matérias-primas para a alimentação animal.

Posicionamento de Portugal nas Negociações da UE

Este posicionamento de princípio não impede as exceções dependendo do parceiro comercial em causa.

PT pode p.e. com os países da Bacia Mediterrânica e do Médio Oriente defender interesses à exportação de bovinos vivos que não defende com o MERCOSUL, TTIP.

Posicionamento de Portugal nas negociações da UE

Operacionalização da Estratégia de Acesso ao Mercado da UE, recurso a instâncias específicas em sede da OMC ou negociação de acordos de comércio e investimento com países/blocos estratégicos podem contribuir positivamente para a internacionalização dos setores agroalimentar e florestal português;

Complementaridade a nível de cooperação económica e técnica de PT com países parceiros comerciais através de outros instrumentos bilaterais à disposição da diplomacia económica;

Combate a formas de protecionismo injusto e injustificado

A POLÍTICA COMERCIAL INTERNACIONAL – A OMC E OS ACORDOS REGIONAIS DE COMÉRCIO – UNIÃO EUROPEIA E PORTUGAL

4. Perspetivas futuras para o Comércio Internacional

Perspetivas futuras para o Comércio Internacional

Quatro cenários apresentados no Fórum Económico Mundial de Davos de 2016*:

Globalização 3.0. – Regresso do elevado crescimento económico e comercial do início séc. XXI, caracterizado pelo aumento da prosperidade, melhorias nas tecnologias de informação e comunicação e baixo preço das *commodities.*

Polarização – Regressão ao cenário histórico de crescimento económico moderado e desigualdades, caracterizado por crescentes tensões geopolíticas e rivalidades económicas que dividem o mundo em blocos de países.

Insularização – A ascensão do nacionalismo em economias-chave (devido ao ambiente de baixo crescimento económico) significará um baixo crescimento contínuo e a redução dos fluxos económicos à medida que os países se viram para dentro e erguem barreiras ao comércio.

Comunização – Um novo tipo de "comuns globais" trazido pelas novas tecnologias e a partilha económica levarão à queda do capitalismo de consumo - o que significará menor crescimento, foco na produção local e a proliferação de pessoas e coisas continuamente conectadas. Talvez o cenário mais improvável, seria um futuro em que o capitalismo deixaria de ser o sistema económico supremo.

* Relatório do *Global Business Policy Council at A.T. Kearney*

Perspetivas futuras para o Comércio Internacional

***European Economic Forecast*, Relatório Outono de 2016, Comissão Europeia:**

«Globalisation and in particular strong growth in the international trade of goods and services has been a key driver of economic growth over the past few decades. The recently observed increase in protectionism and, more generally, growing scepticism about further internationalisation of economic activity, often coined as the 'new backlash against globalisation' could put this growth driver at risk.

Frequently, scepticism about globalisation is linked to an unequal sharing of its benefits.

Surveys of attitudes towards globalisation have depicted support for trade in general, but less so in advanced economies than in developing and emerging markets. Many respondents were sceptical about the concrete benefits of trade such as job creation and lower prices, and they voice concerns about inequality, consumer protection, environmental standards and perceptions of cultural erosion.»

Perspetivas futuras para o Comércio Internacional

«Economists have also had a closer look at globalisation's political and social consequences, finding the economic, political and social dimensions to be interdependent. If e.g. globalisation increases inequality substantially, economic and possibly political instability may ensue.

The benefits of globalisation are not evenly distributed across or within countries. In what follows, the possible distributional impact of the different dimensions of globalisation is discussed focussing on developments in advanced economies. Income inequality has increased in advanced economies over the past decades, and empirical studies confirm that the various dimensions of globalisation have contributed to this increase, without necessarily being its main driver.

… sharing the fruits of globalisation fairly are obvious priority objectives.»

A POLÍTICA COMERCIAL INTERNACIONAL- A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO E OS ACORDOS REGIONAIS DE COMÉRCIO – UNIÃO EUROPEIA E PORTUGAL

Sessão de apresentação da CULTIVAR n.º 6 | 6 janeiro 2017, Lisboa

MUITO OBRIGADA!

GPP GABINETE DE PLANEAMENTO, POLÍTICAS E ADMINISTRAÇÃO GERAL